

CIMS S.A
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

ÍNDICE

Relatório de Administração	1
Declaração dos Diretores	2-3
Relatório dos Auditores Independentes	4-8
Balanço patrimonial	9-10
Demonstração do resultado do exercício	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16-26

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Vimos, por meio deste, submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da CIMS S.A., devidamente auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A principal política de investimentos da Sociedade para este exercício é continuar acompanhando as expectativas em relação ao mercado de valores mobiliários, principalmente, boas oportunidades de negócios.

A Sociedade não distribuiu dividendos, por não ter gerado lucro até o atual exercício.

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia e o acionista controlador não contrataram outros serviços, junto à Grant Thornton Auditores Independentes (auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis) que não sejam os de auditoria externa.

Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

Conselho de Administração
Alessandro Monteiro Morgado Horta
Gilberto Sayão da Silva
José Guilherme Cruz Sousa

Diretoria

Diretor de Relação com Investidores:
José Guilherme Cruz Sousa

Diretor Executivo:
Bruno Augusto Sacchi Zarembo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Revisamos este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da CIMS S.A., CNPJ 00.272.185/0001-93 e baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Diretor

José Guilherme Cruz Sousa
Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes, para as Demonstrações Financeiras da CIMS S.A., CNPJ 00.272.185/0001-93, não havendo qualquer discordância.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Diretor

José Guilherme Cruz Sousa
Diretor

24/março/2020

À: CIMS S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº REL-XXXX/2020

Prezado Senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} as demonstrações contábeis da CIMS S.A em 31 de dezembro de 2019 acompanhadas do relatório do auditor independente.

encerradas.,

Marcio Romulo Pereira
Sócio

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e acionistas da
CIMS S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CIMS S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMS S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios da Companhia. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a Companhia não exercia atividades operacionais em 31 de dezembro de 2019, apresentando prejuízos acumulados ao longo dos exercícios de forma recorrente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB), que representam aproximadamente 89,22% do total de ativo da Companhia. Esses certificados são precificados e registrados ao custo amortizado e foram considerados, novamente, como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação de sua existência pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis com relação ao assunto, conforme descritas nas notas explicativas nº 3.2 e 4.

Com base na abordagem, nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis as premissas e critérios aplicados no reconhecimento e mensuração do valor justo das aplicações financeiras em certificados de depósito bancários, assim como adequada as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação requerida para companhia abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sob esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2020.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

CIMS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<u>47.137</u>	<u>9.433</u>
	47.137	9.433
Ativo não circulante		
Impostos a recuperar (Nota 5)	<u>5.692</u>	<u>7.153</u>
	5.692	7.153
Total do ativo	<u>52.829</u>	<u>16.586</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

CIMS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

	2019	2018
Passivo e Patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher	646	568
	646	568
Patrimônio líquido (Nota 8)		
Capital social	1.778.856	1.578.856
Prejuízos acumulados	(1.726.673)	(1.562.838)
	52.183	16.018
Total do passivo e patrimônio líquido	52.829	16.586

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

CIMS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

	2019	2018
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(168.865)	(166.292)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(168.865)	(166.292)
Resultado financeiro, líquido (Nota 10)		
Receitas financeiras	5.691	4.649
Despesas financeiras	(661)	(587)
	5.030	4.062
Prejuízo do exercício	(163.835)	(162.230)
Prejuízo básico e diluído por ação (Nota 8.c)	(0,02)	(0,02)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

CIMS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	(163.835)	(162.230)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(163.835)</u>	<u>(162.230)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

CIMS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.578.856	(1.400.608)	178.248
Prejuízo do exercício	-	(162.230)	(162.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.578.856	(1.562.838)	16.018
Aumento de capital – AGE - 31/01/2019	200.000	-	200.000
Prejuízo do exercício	-	(163.835)	(163.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.778.856	(1.726.673)	52.183

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

CIMS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(163.835)	(162.230)
Variações nos ativos e passivos	1.539	682
Impostos a compensar	1.461	480
Impostos e contribuições a recolher	78	202
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(162.296)	(161.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	200.000	-
Aumento de capital	200.000	-
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes	37.704	(161.548)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.433	170.981
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	47.137	9.433

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

CIMS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

	2019	2018
Insumos adquiridos de terceiros	(149.507)	(147.037)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(149.507)	(147.037)
Valor adicionado bruto	(149.507)	(147.037)
Valor adicionado líquido produzido	(149.507)	(147.037)
Valor adicionado recebido em transferência	5.030	4.062
Receitas financeiras	5.030	4.062
Valor adicionado total a distribuir	(144.477)	(142.975)
Distribuição do valor adicionado	(144.477)	(142.975)
Impostos, taxas e contribuições.	19.358	19.255
Remuneração de capitais próprios	(163.835)	(162.230)
Prejuízo absorvido do exercício	(163.835)	(162.230)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A CIMS S.A. (“Companhia”) tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1994 para exercer as atividades de investimento em outras companhias, em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízo recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 24 de março de 2020.

2.1.1. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, da seguinte forma:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de alugueis.
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

Estas normas não tiveram efeitos sobre as demonstrações contábeis da Companhia no exercício.

b) Em vigor para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2020:

- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre suas demonstrações contábeis.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.3. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3.4. Ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa, saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

3.6. Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

CIMS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

(ii) *Passivos contingentes*

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(iii) *Obrigações legais*

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

(iv) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

3.8. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas.

3.9. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

CIMS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Banco	1	1
Aplicação financeira	47.136	9.432
	47.137	9.433

As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (CDB) emitidos por instituição financeira de primeira linha e classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

Certificado de depósito bancário

Remuneração	Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor atual	Nível
96,75% CDI	21/01/2021	44.799	47.136	1
			47.136	

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras ocorridos entre 2012 e 2019. Para os créditos até 2018 foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou as pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. RISCOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

A Companhia é impetrante em um Mandado de Segurança em que é requerido o direito de não se registrar no Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA-RJ) Caso o processo tenha um desfecho desfavorável à Companhia, a CIMS teria que arcar com os valores atualizado do Auto de Infração, cujo valor histórico é de R\$ 23.504, além de pagar sucumbência de 20% do valor atualizado em disputa.

CIMS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.778.856 está representado por 30.952.688 ações, sendo 10.317.616 de ações ordinárias e 20.635.072 de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2019, foi deliberado pelos acionistas o aumento de capital no valor de R\$ 200.000, aumento o capital social de R\$ 1.578.856, para R\$ 1.778.856 representado por 10.317.616 ações ordinárias e 20.635.072 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos apurados, não foram deliberados dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

c) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
ON	10.317.616	7.008.011
PN	20.635.072	14.015.862
Quantidade de ações	30.952.688	21.023.873

Memória de cálculo do resultado por ação:

Exercício findo em	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2019	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2019	(163.835)	10.317.616	(0,02)
Exercício findo em	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2018	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2018	(162.230)	7.008.011	(0,02)

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com marketing & publicidade	(19.506)	(20.850)
Serviços de contabilidade	(60.012)	(58.607)
Outros serviços prestados	(28.611)	(28.627)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.263)	(615)
Anuidade BM&FBovespa	(40.115)	(38.333)
Taxa de fiscalização CVM	(19.039)	(19.039)
Impostos e taxas diversos	(319)	(216)
Outras despesas administrativas	-	(5)
	(168.865)	(166.292)

10. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2019	31/12/2018
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(661)	(587)
	(661)	(587)
Receita financeira		
Receita aplicação financeira	5.399	4.314
Receita de atualização de impostos	292	335
	5.691	4.649
Resultado financeiro líquido	5.030	4.062

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

CIMS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia mantém classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e investimentos financeiros, conforme Nota Explicativa nº 4.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

12. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

CIMS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais)

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

	Taxa Efetiva estimada para 2020
CDI	4,25%

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos.

Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	4,25%	3,18%	2,125%
Aplicações financeiras				
R\$ 47.136 - 31/12/2019 (Nota 4)	-	2.003	1.499	1.002

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2020, foi deliberado pelos acionistas o aumento de capital no valor de R\$ 150.000, aumento o capital social de R\$ 1.778.856, para R\$ 1.928.856 representado por 12.799.820 ações ordinárias e 25.599.480 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001137/O-0
Luciana dos Santos Uchoa
CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora